

# CAPÍTULO 1

## Quando a investigação sobre o desenvolvimento capitalista brasileiro encontra a questão agrária

No início da década de 1960, quando a questão agrária estava na ordem do dia, Caio Prado Jr.<sup>8</sup> localizava na concentração da propriedade fundiária “[...] os ínfimos padrões de existência daquela considerável parcela da população brasileira – padrões materiais, e como consequência, padrões culturais” (PRADO JR., 1979, p. 15). Para ele, residiria aí um dos principais obstáculos ao desenvolvimento econômico e cultural do Brasil. Além disso, o historiador marxista considerava que o progresso técnico da agricultura – que, vale dizer, anos mais tarde seria visto em sua plena

---

8 Entre 1960 e 1964, Caio Prado Júnior publicou cinco artigos na então *Revista Brasiliense* abordando a questão agrária: (a) Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil, em abril de 1960; (b) A reforma agrária e o momento nacional, dois meses depois do primeiro; (c) Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil, em outubro de 1962; (d) O Estatuto do Trabalhador Rural, em junho de 1963; e (e) Marcha da questão agrária no Brasil, em fevereiro de 1964. Em 1979, esses artigos foram reunidos em *A questão agrária no Brasil*, também pela editora Brasiliense. Recorro, aqui, à segunda edição da obra, também de 1979.

exuberância – não poderia, necessariamente, significar o desenvolvimento das condições de vida do trabalhador rural. Ao contrário, examinando o caso da lavoura canvieira no Nordeste, Caio Prado Jr. identificou que o progresso tecnológico foi acompanhado pelo aumento da concentração fundiária e da riqueza. Isso reduziu o espaço das lavouras de subsistência “[...] mantidas pelos trabalhadores e das quais eles tiravam o essencial de seu sustento” (PRADO JR., 1979, p. 29-30). Por isso, tendo que adquirir seus alimentos no comércio a preços mais elevados que o incremento de seu salário, “seu padrão e condições de vida, portanto, se agravaram” (PRADO JR., 1979, p. 30). Assim, concluía o autor:

No que respeita à solução deste problema máximo do Brasil dos nossos dias [leia-se anos 1960], em que consiste em arrancar da miséria em que vegeta, na sua esmagadora maioria, a população rural do País, em lhe elevar os padrões de vida e lastrear com isso o processo de desenvolvimento econômico brasileiro, que sem isso não passará nunca de uma aparência e superficialidade a disfarçar um profundo e real atraso, para se conseguir isso, é preciso fundar qualquer programa de reforma na consideração preliminar das circunstâncias gerais e fundamentais que estão na base da deplorável situação atual. É nisso que consiste essencialmente a nossa questão agrária (PRADO JR., 1979, p. 31-32).

Dois anos depois, em *Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil*, Caio Prado Jr. determinava os termos do que deveria ser a reforma agrária: a elevação dos padrões de vida da população rural, sua integração em condições humanas de vida.

Não é possível construir um país moderno e realmente integrado nos padrões econômicos e culturais do mundo em que vivemos, sobre a base precária e de todo insuficiente de um contingente humano como este que forma

a grande massa da população brasileira (PRADO JR., 1979, p. 89).

O militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) definia, assim, os nexos da profunda relação de determinação mútua entre o padrão de desenvolvimento econômico e social do país e a questão agrária. E apontava como frentes de ataque da reforma agrária, ou princípios para o desbloqueio dos obstáculos ao desenvolvimento, (a) a extensão da legislação trabalhista ao trabalhador rural<sup>9</sup>, em face da identificação – não confirmada pela história – de uma tendência ao assalariamento crescente no meio rural e (b) o favorecimento do acesso e utilização da terra pelo trabalhador, promovendo a desconcentração da propriedade fundiária (PRADO JR., 1979, p. 90).

Na famosa polêmica pecebista das décadas de 1950 e início de 1960 – acerca da prevalência de supostos “restos feudais” no Brasil, que nasceria para o mundo como colônia de Portugal – que encontrou eco em autores da estirpe de Alberto Passos Guimarães (que propôs o conceito de “modernização conservadora” em 1972)<sup>10</sup>, Caio Prado Jr. defendeu a tese de uma formação social brasileira propriamente capitalista, como resultado da expansão do capital mercantil. O historiador marxista buscou compreender o sentido da colonização, desvendando o processo de formação econômica, social e política do Brasil. Sua opção pela análise histórica larga encontrou a particularidade desse desenvolvimento. Para ele, o século XIX é o momento síntese de três séculos de colonização. Isso porque, ao mesmo tempo em que guarda os traços fundamentais da his-

---

<sup>9</sup> Os direitos dos trabalhadores rurais só seriam equiparados aos direitos do trabalhador urbano – protegido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) desde 1º de maio de 1943 – pela Constituição Federal de 1988.

<sup>10</sup> Cf. STEDILE, João Pedro (org.); Douglas Estevam (assistente de pesquisa). *A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

tória brasileira, já aponta as bases para o futuro da construção nacional. Desse modo, o centro de seu longo trabalho intelectual está no exame das características constitutivas da colonização e da formação social brasileira, bem como dos caminhos para a superação dos obstáculos ao progresso econômico, social, político e cultural.

Caio Prado Jr. buscava a superação dos traços da formação colonial que permaneciam nas forças produtivas da primeira metade do século XX no Brasil, entre outras formas, na precariedade das relações de trabalho. O elevado grau de exploração do trabalhador rural integrava as contradições mais graves da sociedade e economia brasileira, mantidas vivas pelo passado colonial. A resolução da questão agrária estaria, assim, no quadro da revolução brasileira, como o momento de transição entre o passado colonial e o futuro da nação.

Na mesma época, outros autores dedicavam-se à questão agrária brasileira<sup>11</sup>, afinal, a problemática estava na ordem do dia. No entanto, a exemplo de Caio Prado Jr., não se constituía em ponto de partida para a análise do Brasil para muitos intelectuais, mas, não raro, acabava sendo ponto de chegada ou traço constitutivo da expansão capitalista nacional pelo qual alguns passavam. Contemporâneo de Prado Jr., André Gunder Frank quase nunca é mobilizado para a reflexão do desenvolvimento econômico brasileiro, exceto no restrito círculo da Teoria Marxista da Dependência (TMD), ou da questão agrária brasileira. Ele desenvolveu importantíssima análise sobre a dimensão particular e especificamente capitalista da estrutura produtiva latino-americana, corroborando com o conceito de que a miséria do campesinato – a exemplo do que dissera o historiador marxista – não decorria de supostos “restos feudais”.

---

11 Cf. STEDILE, João Pedro (org.); Douglas Estevam (assistente de pesquisa). *A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

No texto *O inimigo imediato*, publicado originalmente em 1972<sup>12</sup>, em Paris, Gunder Frank faz a seguinte indagação:

[...] em que medida essa estrutura [de classes no campo] é diferente da estrutura de classes urbana e nacional na América Latina? A importância desta pergunta provém da resposta quase universal dada pelos cientistas e líderes políticos, tanto marxistas como burgueses, de acordo com a qual grande parte das regiões rurais latino-americanas ainda se encontra em um mundo “semifeudal” [...] (GUNDER FRANK, 2016, p. 398)

No entanto, prossegue o autor: “será que a América Latina realmente conhece uma economia e uma sociedade ‘dualistas’, que compreendem um setor no qual ‘sobrevive’ um conjunto de relações de produção feudais ou semifeudais e mesmo uma estrutura de classes não capitalista?” (GUNDER FRANK, 2016, p. 398). Seu jogo de perguntas e respostas, na verdade, significa a interpelação da problemática sobre a natureza da revolução latino-americana, num quadro sócio-histórico e político no qual ainda ecoava a estratégia “democrático-nacional” do Partido Comunista Brasileiro.

Assim, é no interior do debate acerca do caráter da revolução que o autor encontra e encaminha o problema agrário latino-americano:

Em vez de nos perguntarmos qual é o grau de isolamento e de “feudalismo” dessa “oligarquia” rural, devemos tentar compreender como a burguesia latifundiária se liga comercialmente aos principais monopólios comerciais e industriais das cidades [...] (GUNDER FRANK, 2016, p. 398).

---

12 Utilizo aqui o texto publicado em LÖWY, Michael (org.). *O marxismo na América: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Tradução de Cláudia Shilling e Luís Carlos Borges. 4. ed. ampl. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016, p. 394-399.

Ou ainda:

[...] como a exploração capitalista colonial gera e mantém as relações de produção nos latifúndios e a estrutura de classes no contexto das zonas rurais latino-americanas, que podem parecer superficialmente “feudais”, mas que tornam possível essa exploração capitalista (GUNDER FRANK, 2016, p. 398-399).

Em seu texto seminal publicado na *Monthly Review* de setembro de 1966, *O desenvolvimento do subdesenvolvimento*, Gunder Frank elucida que o subdesenvolvimento nunca foi um estágio do desenvolvimento capitalista ou condição prévia pela qual passavam todas as formações sociais para, depois, saltar rumo ao desenvolvimento. O subdesenvolvimento sequer poderia ser explicado por ele mesmo, como reflexo de suas estruturas econômicas, sociais e culturais internas; ao contrário, trata-se de produto histórico de suas relações econômicas, enquanto país satélite dos países metropolitanos. O subdesenvolvimento, assim, seria parte essencial da estrutura global do capital.

A despeito da originalidade de sua elaboração teórica, sua argumentação desmonta também o ponto de vista historicamente insistente segundo o qual o desenvolvimento interno do subdesenvolvimento, ou das áreas mais subdesenvolvidas dos países subdesenvolvidos, se dá pela difusão de capital, instituições e valores oriundos das metrópoles capitalistas. Em sua crítica, Gunder Frank afirma que: “[...] o desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos só pode ocorrer atualmente [leia-se na década de 1960] de forma independente da maioria dessas relações de difusão” (GUNDER FRANK, 1966).

É nesse texto que Gunder Frank elabora sua “crítica à razão dualista” – como Francisco de Oliveira intitulará, poucos anos depois, sua mais importante obra, publicada em 1972, sem qualquer diálogo explícito com

o economista alemão. Conforme afirma Gunder Frank (1966): “[...] creio que, em conjunto, a tese da ‘sociedade dual’ é falsa, e que as recomendações políticas a que conduz, se seguidas, só servem para intensificar e perpetuar as próprias condições de subdesenvolvimento que se supõe que pretendem remediar”. A expansão do sistema capitalista havia penetrado de modo efetivo até mesmo os setores que, aparentemente, se supunham isolados do “mundo subdesenvolvido”, de forma que as relações socioculturais e político-econômicas, registradas nas sociedades subdesenvolvidas, seriam produto do desenvolvimento histórico do capital. Estava formulado, assim, o problema do subdesenvolvimento, tanto no âmbito das relações internacionais, entre colônia e metrópole, quanto no plano das relações internas.

As instituições societais e as relações sociais de produção aparentemente subdesenvolvidas das zonas “atrasadas” decorreriam do processo de desenvolvimento capitalista. “O subdesenvolvimento atual [o autor escreveu em 1966] da América Latina é o resultado de séculos de participação no processo mundial de desenvolvimento capitalista [...]” (GUNDER FRANK, 1966). Desse modo, o subdesenvolvimento não é tributário da sobrevivência de instituições atrasadas e da “falta de capital” em determinadas regiões que permaneciam, à época, “[...] isoladas da corrente geral da história” (GUNDER FRANK, 1966), mas do próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

A satelitização dos países da América Latina, a exemplo de Argentina, México, Colômbia, Brasil, e até mesmo Paraguai e Chile, que se converteram nos séculos XVIII e XIX em centros de manufatura e de exportação – no mais das vezes, de produtos têxteis –, limitou estruturalmente seu desenvolvimento ou, dito de outro modo, sua incorporação efetiva ao centro dinâmico do capital como colônia bloqueou seu desenvolvimento autônomo. A industrialização e desenvolvimento prévio, assim, estiveram condicionados pelos humores da metrópole; o que ocorre, de igual

maneira, com as regiões mais subdesenvolvidas internas aos países satélites, pois afirmaram-se historicamente como tal em razão dos laços mais estreitos estabelecidos com a metrópole no passado. “São as regiões que eram os maiores exportadores de matérias primas e as fontes principais de capital para a metrópole estrangeira e que foram abandonadas por esta quando, por uma razão ou outra, os negócios decaíram” (GUNDER FRANK, 1966). Mais uma vez, Gunder Frank contraria a ideia comumente divulgada, segundo a qual o subdesenvolvimento regional é consequência de seu isolamento do capital e suas instituições.

A argumentação de Gunder Frank, desenvolvida sob a forma de hipóteses, sugere que o latifúndio nasceu como empresa comercial, criando suas próprias instituições que, durante certo período, permitiram seu desenvolvimento, enquanto o mercado nacional e internacional lhe demandou. Ao diminuir a demanda por seus produtos, instalaram-se no subdesenvolvimento. Assim, não são produtos da transferência das instituições feudais da Europa, se não respondem à dinâmica do mercado nacional e internacional, em que pese sua condição de dependência:

[...] o crescimento do latifúndio e suas condições de servidão, ao parecerem feudais, na América Latina têm sido sempre e são uma resposta comercial à crescente demanda, e que não representa a transferência ou superveniência de instituições outras que se tenham mantido fora do alcance do desenvolvimento capitalista (GUNDER FRANK, 1966).

Em outros termos, o subdesenvolvimento não poderia ser superado pela expansão capitalista, uma vez que decorreria dessa expansão, como resultado do condicionamento do desenvolvimento dependente do capital europeu. Assim, ao invés de resolver o problema agrário ou remover os obstáculos representados pela empresa comercial estruturalmente atada



ao empreendimento colonial, a exemplo do latifúndio, o desenvolvimento capitalista o complexificava. Estava elaborada a crítica à razão dualista e a base da teoria marxista da dependência.

Em 1972, Francisco de Oliveira publicou seu mais importante ensaio acerca das transformações no plano das condições de expansão do sistema capitalista brasileiro; um texto combativo, de interlocução crítica com o “modelo da Cepal” – “[...] o único interlocutor válido, que ao longo dos últimos decênios contribuiu para o debate e a criação intelectual sobre a economia e a sociedade brasileira e a latino-americana” (OLIVEIRA, 2003, p. 32) –, que reforçaria a negação das formas de interpretação centradas no “dual-estruturalismo”. Nele, o subdesenvolvimento é interpretado como uma produção da expansão do capitalismo, “[...] como uma reserva de acumulação primitiva do sistema global [...]” (OLIVEIRA, 2003, p. 33). “Aversa ao economicismo, [a análise incorpora] o nível político ou as condições políticas do sistema [...]” (OLIVEIRA, 2003, p. 29) e os aspectos internos das estruturas de dominação, o que

[...] teóricos do “modo de produção subdesenvolvido” quase deixaram de tratar, configurando a questão do desenvolvimento pelo prisma das relações exteriores. Deste modo, o conjunto da teorização sobre o “modo de produção subdesenvolvido” continua [ou continuava até aquele momento] a não responder quem tem a predominância: se são as leis internas de articulação que geram o “todo” ou se são as leis de ligação com o resto do sistema que comandam a estrutura de relações (OLIVEIRA, 2003, p. 33).

Curioso notar que, a respeito do “conjunto da teorização sobre o modo de produção subdesenvolvido”, Francisco de Oliveira está se referindo à obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, publicada em 1970 por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, e não ao texto de

1966 de Gunder Frank que, como vimos, foi a mais fecunda crítica ao dualismo estruturalista.

Entre seus argumentos centrais está o papel da agricultura no processo de industrialização, particularmente a função da agricultura de subsistência para a acumulação de capital, que ajudava a baixar o custo de reprodução da força de trabalho na cidade e, ao mesmo tempo, produzia um excedente para financiar a expansão de base urbano-industrial. De acordo com sua pesquisa, o moderno sistema bancário brasileiro mostrou essa relação entre as formas de subsistência e os setores mais avançados do capital (OLIVEIRA, 2003).

De certa forma, é possível dizer que Francisco de Oliveira expôs, então, como o problema agrário nacional e sua articulação com a acumulação de base urbano-industrial, que passava a ganhar fôlego, constituíam o baluarte da expansão capitalista brasileira. Conforme explicado por ele, décadas mais tarde:

Tive que entrar em forte discordância com as teorias do atraso na agricultura como fator impeditivo, com a do “inchaço” das cidades como marginalidade, com a da incompatibilidade da legislação do salário mínimo com a acumulação de capital [...] (OLIVEIRA, 2003, p. 130).

Derivou daí a explicação acerca do papel do exército industrial de reserva e do conseqüente nível de informalização do trabalho nas cidades, como parte do rebaixamento de seu custo de reprodução, também expressado pelas experiências de mutirão ou autoconstrução de casas na década de 1950 em áreas de ocupação urbana. Não se tratava, assim, de

[...] uma adaptação darwinista às condições rurais e urbanas do processo da expansão capitalista no Brasil, nem “estratégias de sobrevivência”, para uma certa antropologia, mas

basicamente as formas irresolutas da questão da terra e do estatuto da força de trabalho [...] (OLIVEIRA, 2003, p. 130-131).

Na fórmula clássica de Francisco de Oliveira, “a singularidade do subdesenvolvimento poderia ser resolvida não-evolucionisticamente a partir de suas próprias contradições [...]” (OLIVEIRA, 2003, p. 131), por meio da organização dos trabalhadores, via liquidação da alta exploração do trabalho e da reforma agrária, que eliminaria a fonte fornecedora do exército industrial de reserva e o patrimonialismo. “Mas faltou o outro lado, isto é, que o projeto emancipador fosse compartilhado pela burguesia nacional, o que não se deu [...]. O golpe de 1964 [...] derrotou a possibilidade aberta” (OLIVEIRA, 2003, p. 132).

Também em 1972, antes de redigir a última parte de sua mais importante obra – a interpretação de mais largo fôlego sobre a modalidade de capitalismo predominante no Brasil<sup>13</sup> –, Florestan Fernandes dedicou-se ao tema. Em ensaio preparado para a coletânea *Vida rural e mudança social*, organizada por Tamás Szmrecsányi e Oriowaldo Queda<sup>14</sup>, o sociólogo identificava três tendências que persistiam no solapamento do dinamismo capitalista da economia agrária brasileira. A primeira seria a tendência de bloquear as transformações culturais da economia agrária, cuja consequência era a dissociação entre formas de produção e formas de comercialização agrária, mesmo com o progresso constante do capital no campo. Enquanto as formas de produção seriam variáveis capitalistas, pré-capitalistas ou até subcapitalistas, as formas de comercialização

---

13 Como se sabe, *A Revolução Burguesa no Brasil* foi redigida em dois momentos: as partes “As origens da Revolução Burguesa” e “A formação da ordem social competitiva”, em 1966; e “Revolução Burguesa e Capitalismo Dependente”, em 1974.

14 Utilizo aqui o texto reunido na coletânea FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 5. ed. São Paulo: Global, 2008.

seriam, geralmente, capitalistas. Com isto, os agentes econômicos – para ficar no campo conceito de Fernandes – estariam mais identificados com o capitalismo comercial, interessando-se pela mercantilização dos produtos. Ao mesmo tempo, essa tendência também estaria relacionada com a hegemonia da acumulação de base urbano-industrial, que se dava às expensas da economia agrária (interessante notar nesse ponto a afinidade entre a elaboração de Francisco de Oliveira e de Florestan Fernandes).

A segunda seria a produção de formas pré-capitalistas ou subcapitalistas de exploração do trabalho. Sobre ela, Fernandes notava a necessidade de maior investigação acerca de seus mecanismos – trabalho realizado de modo primoroso por José de Souza Martins (2010), ao abordar o problema da produção capitalista de relações não propriamente capitalistas de produção, a partir da investigação do colonato nas fazendas de café. Por fim, como derivação das tendências anteriormente expostas estaria, pois, o atrofamento da intensidade do desenvolvimento capitalista no campo (FERNANDES, 2008, p. 178-179), que não foi confirmado pela história – pelo contrário, a pujança do desenvolvimento capitalista do campo ressaltou as contradições associadas à questão agrária.

Florestan Fernandes ainda identificava três fatores relevantes: (a) a dependência do Brasil pela economia agrária, dada a ausência de outras fontes de riquezas internas; (b) uma mentalidade aberta às novas formas de acumulação capitalista, a exemplo do fazendeiro de café que utilizava seu capital em cidades como Rio de Janeiro ou São Paulo; e (c) a estratificação do meio rural, em razão do processamento mais lento das transformações com relação à cidade, de modo que o campo experimentou a coexistência de formas capitalistas de mercantilização com as subcapitalistas ou pré-capitalistas e as propriamente capitalistas de produção (FERNANDES, 2008).

Com isto, ao menos três categorias de grupos e indivíduos estiveram, para ele, na formação das classes sociais brasileiras, em face da estrutura e funcionamento da economia agrária: (a) os “agentes econômicos privilegiados”, que operavam a expropriação capitalista diretamente; (b) os “agentes econômicos semilivres ou livres”, assalariados ou não, que podiam comercializar o excedente da produção e empregar os ganhos como “técnica de competição” e “mecanismo de mobilidade social”; e (c) os “semiassalariados”, reduzidos à pobreza, que convertiam o trabalho em mercadoria, com todos os obstáculos que o desenvolvimento desigual e combinado – o uso do conceito é por minha conta – desse processo implicava para a expansão capitalista brasileira. Trata-se, pois, da “dependência dentro da dependência”, que produzia os “condenados do sistema”,

[...] os segmentos da população brasileira que suportavam os maiores sacrifícios, decorrentes dos custos diretos ou indiretos da existência de uma sociedade de classes e da prosperidade urbana, mas que são ignorados na partilha dos benefícios da “civilização” e do “progresso” (FERNANDES, 2008, p. 184).

Esse padrão de estratificação social representava, para Florestan Fernandes (2008, p. 185), o “[...] mais grave dilema social brasileiro”: sem a possibilidade de encontrar rota de saída no interior da ordem, em razão de seu caráter estruturalmente contraditório, a “revolução do mundo rural” estava bloqueada. Além disso, há a “inação das elites”, por seus interesses em manter a ordem vigente: “[...] são os estratos ‘mais modernos’, ‘ativos’ e ‘influentes’ da economia agrária que encabeçam a cruzada contra qualquer mudança, que possa alterar a ‘estrutura da situação’ ou simplesmente ameaçar o seu poder de decisão e de dominação” (FERNANDES, 2008, p. 187).

Disso decorrem dois aspectos relevantes: o primeiro é que a modernização da economia agrária não significa fator de mudança social e, com frequência, aprofunda a concentração de renda e do poder; o segundo é que o tipo de mudança social fortemente combatido “pelos círculos privilegiados do meio rural” é aquele que poderia alterar a estrutura social, da economia e do poder (FERNANDES, 2008).